

Dívida e miséria

Lourenço Ferreira do Prado

16 NOV 1990

Dívida Eterna

O Brasil tem dificuldades de planejar a retomada do crescimento econômico, enquanto persiste o impasse da dívida externa, porém, não aceita soluções apressadas que condenem o País ao empobrecimento. A década de 80 foi dura para os países devedores e relativamente boa para os bancos credores. O Brasil não aceita a repetição deste filme.

Na década perdida de 80, a inflação média anual saltou de 54,4 para 1.334,4%, enquanto a renda real "per capita" esteve estagnada, com crescimento de apenas 0,4%. Ao longo da década, a dívida externa cresceu de 55,8 bilhões para 114,7 bilhões de dólares. Novo retrocesso na renegociação da dívida trará mais inflação, recessão, desemprego e comprometimento de qualidade de vida no País, o que embutirá o risco político de repúdio da dívida externa.

O Brasil não pode manter o calote da dívida social, sob pena de criar incontornáveis problemas políticos internos. Ao longo das últimas décadas, a inflação e a ciranda financeira ampliaram a miséria no Brasil. De 1960 a 1987, a participação dos 50% dos brasileiros mais pobres caiu de 18 para 12,5% da renda nacional, enquanto a dos 5% mais ricos subiu de 28,8% para 35,4%. Documento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) aponta que, no Brasil, 40% da população passam fome e a desnutrição atinge 30 por cento das crianças com até cinco anos de idade.

A tentativa de efetuar o pagamento da dívida externa às custas de crescimento da dívida interna ou de emissão monetária resultou em crescentes pressões inflacionárias. No primeiro trimestre deste ano, a inflação anualizada alcan-

çou 81.892,8%, com a clara identificação do processo hiperinflacionário. Ninguém ignora os sacrifícios impostos à população, ao longo da última década, pelos sucessivos programas de ajuste interno da economia brasileira.

Os economistas do Banco Mundial, Stanley Fischer e Ishrat Husain, em artigo na revista "Finanças e Desenvolvimento", editada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, em junho último, destacaram que as políticas de ajuste econômico dos países devedores, baseadas em crescentes superávits comerciais, tiveram "um alto preço".

Não só o Brasil, como a maioria dos países da América Latina e da África perdeu uma década de crescimento. "Os níveis de investimento e de produção despencaram, os salários e o consumo interno ficaram deprimidos e não raro os governos tiveram de financiar seus orçamentos, recorrendo a meios inflacionários" — reconheceram Fischer e Husain.

A classe trabalhadora reconhece que o FMI tem participação ativa no reescalonamento da dívida externa do País. Mas, ao contrário do FMI, os trabalhadores não têm motivos para apoiar o Plano Collor pelo seu arsenal recessivo e concentrador de renda. Embora a inflação mensal permaneça acima de 14%, o trabalhador sofre com o desemprego e o arrocho salarial.

Na carta de intenções enviada ao FMI, o governo brasileiro deu o tom do custo social do Plano Collor: "A fim de se obter a redução desejada da inflação, são necessárias políticas que restrinjam fortemente o crédito, implicando rígido controle sobre o crescimento da oferta da moeda, independentemente dos efeitos de tais políticas sobre os ní-

veis das taxas de juros. O êxito desse esforço antiinflacionário será acompanhado com muita atenção; e a política monetária será tornada mais rígida, caso isso se revele necessário para assegurar que a inflação se reduza sem demora".

Os trabalhadores discordam da postura do Banco Central de considerar até natural o avanço da recessão econômica e a perspectiva de severo desemprego no primeiro trimestre de 1991.

A quebra de empresas de todos os tamanhos confirma apenas os equívocos do Plano Collor. As distorções do desbloqueio dos cruzados novos e o aperto da política monetária apenas favoreceram um punhado de empresas capitalizadas. Maiores empregadoras e dependentes de empréstimos bancários, as pequenas e médias empresas sofrem danos ampliados da ortodoxia monetária, que também arrasta grandes e tradicionais empresas.

A classe trabalhadora garante o apoio lá fora às propostas oficiais de renegociação da dívida externa capazes de impedirem que o Brasil tenha nova década perdida. Mas os trabalhadores não podem aceitar novos sacrifícios internos úteis. Daí o movimento sindical exigir o debate intenso do plano de refinanciamento da dívida externa, desde o aperto monetário até a abertura da economia, por entender que importações desnecessárias abalam ainda mais as pequenas e médias empresas, menos capacitadas a buscar no exterior a propalada redução de custos e, em consequência, a oferta de emprego.

□ **Lourenço Ferreira do Prado** é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito